



Boletim Médico

Ano II Nº 12 - Janeiro de 2009 - INFORMATIVO DAS ENTIDADES MÉDICAS DO ESTADO DO PIAUÍ

Impresso Especial
9912162037 - DR/PI
Sindicato dos Médicos do
Estado do Piauí
CORREIOS



 **SIMEPI**
Sindicato dos Médicos
Estado do Piauí

Entidades promovem V Congresso sobre a Situação do Médico

p. 5

- Estado deve enquadrar todos os médicos em Plano de Carreira no mês de maio p. 8
- SIMEPI luta contra a criação de Fundações Estatais no Piauí p. 2
- Jornada Médica discute problemas da Saúde no interior p. 6 e 7

ASSEMBLÉIA GERAL

As entidades convocam os médicos da FMS para Assembléia
Dia 28 de abril de 2009



EDITORIAL



Dr. Leonardo Eulálio
Presidente do Sindicato
dos Médicos do Piauí

O Governo Federal, com fulcro no inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar que cria a figura jurídica da Fundação E

statal, por outro lado, os novos servidores seriam contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ser demitidos, inclusive quando alegada ineficiência, ficando assim ameaçada a estabilidade. Também seriam eliminados os investimentos governamentais nas políticas públicas permanentes em áreas como o Meio Ambiente, Reservas Naturais, Educação, Saúde, entre outras, cuja atuação autônoma e independente é fator fundamental para a soberania da nação.

Ora, os princípios da eficiência, da legalidade, da igualdade, da publicidade, da autonomia gerencial e da moralidade, por exemplo, tão decantados como argumento para instituir a nova forma jurídico institucional já estão todos bem dispostos na Constituição Federal, na Lei de Licitações, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei do Servidor Público, enfim, estão contemplados no ordenamento jurídico e já se destinam ao atendimento de qualidade e eficiente à população, impondo os limites necessários ao administrador público.

Portanto, as mudanças a serem implementadas através das Fundações Públicas de Direito Privado expressam a retirada da ação governamental das áreas não exclusivas de Estado, deixando o governo responsável apenas por áreas como fiscalização, polícia, arrecadação e relações exteriores, favorecendo, ainda, a flexibilidade na gestão de pessoal, isentando o Estado de investimento nas políticas públicas.

Se o interesse fosse realmente melhor gerir as políticas públicas, todo o ordenamento jurídico permite, aliás, exige que assim aja o administrador. Contudo, ao tentar repassar ao setor privado essa responsabilidade, o Governo apenas atesta a sua incapacidade de respeitar suas próprias regras, "privatizando" serviços essenciais para o desenvolvimento do País.

de Direito Privado no intuito de atender às supostas necessidades de flexibilidade, agilidade e eficiência das áreas não exclusivas de Estado, conferindo poderes de empresa privada a alguns setores estatais.

Não obstante o interesse em parecer uma proposta modernizadora da gestão pública, privilegiando desempenho e resultados qualitativos, a medida representa um retrocesso. Aliás, o argumento de flexibilizar a contratação de pessoas, agilizar a aquisição de produtos e melhorar o atendimento público com importante grau de autonomia na gestão demonstra, na verdade, o interesse maior em afastar-se dos limites da Administração Pública impostos, por exemplo, pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pela Lei de Licitações, etc.

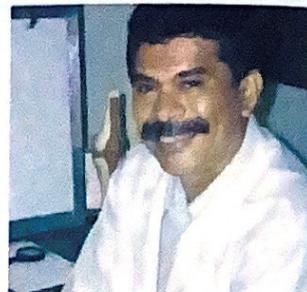
Além de tais benefícios, as Fundações Estatais não estão sujeitas às regras do teto remuneratório dos servidores, não se sujeitam às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, como dito anteriormente, e ainda gozarão de imunidade tributária.

Se para os "administradores" há todos

Artigo

Autonomia e Liberdade

*** Art. 7º - O médico deve exercer a profissão com ampla autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais a quem ele não deseje, salvo na ausência de outro médico, em casos de urgência, ou quando sua negativa possa trazer danos irreversíveis ao paciente. * Art. 8º - O médico não pode, em qualquer circunstância, ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho. * Código de Ética Médica**



Dr. José Osvaldo Gomes
Ortopedista e Traumatologista de
Parnaíba-PI

Autonomia e liberdade são os pilares que sustentam um bom desempenho funcional quando se trata da mais séria atividade, que permite invasão do espaço íntimo, seja ele físico, social ou psicológico. Portanto, sob pressões gerenciais e políticas por resultados, quantidade e produtividade, as metas a serem atingidas afrontam o princípio da autonomia e da liberdade.

Nós, médicos, estamos sobre o crivo de regras gerenciais que visam atingir metas quantitativas, mensuradas e vinculadas aos seus próprios honorários. Sob tais pressões, aumenta o estímulo acelerado de nossa própria sobrevivência, distorcendo o objetivo maior, que é a vida dos nossos semelhantes. Mergulhados neste oceano de cobranças, recebemos uma dose letal de influência social, criada pela imaginação futurista de alguns, que propagam na mídia as "últimas tecnologias", fazem

de nossos clientes sonhar com todas as possibilidades. Chegamos a ser cobrados ao extremo de nossas limitações, onde a realidade passa a quilômetros da ficção, que a mente fértil da humanidade deseja e chega até a divulgar como um dado real.

As regras impostas por planos de saúde, gestores públicos e até mesmo pela sociedade, quando nos obrigam a renunciar de nossos princípios éticos, tendo que solicitar este ou aquele exame sem indicação, mas por imposição de normas ou até desejo próprio, trazem, no mínimo, dissabores.

Nossa ampla autonomia fica sobremaneira comprometida. Naturalmente, as consequências resultarão em uma quebra de relação entre o médico e a sociedade, que passa a nos ver de forma diferente, envolvidos neste sistema numérico avassalador, que visa quantidade, ficando de lado a pura medicina, fundamentada no humanismo, no amor, na fé e na relação de confiança e fraternidade.

PROJETO GRÁFICO | Time Propaganda
DIAGRAMAÇÃO | Tatiana de França - DRT 1121-PI
TRATAMENTO DE IMAGENS: Mário Teixeira
JORNALISTA RESPONSÁVEL | Cristal Sá - DRT 1422-PI

DIRETORIA DO SIMEPI TRIÊNIO 2007/2010

- 1. Presidente: LEONARDO EULÁLIO DE ARAÚJO LIMA
- 2. Vice: LUCIA MARIA DE SOUSA AGUIAR DOS SANTOS
- 3. Tesoureiro: FÁBIO FURTADO DE FARIAS
- 4. Suplente: CARLOS RENATO SALES BEZERRA
- 5. Secretário: JOSÉ DE ALENCAR COSTA
- 6. Suplente: MARIA DAS GRAÇAS ERNESTO DA COSTA MARTINS

- 7. Conselho Fiscal: JOEL CAMPOS NETO
- 8. Conselho Fiscal: ANJEL AUGUSTO ARCOVERDE NOGUEIRA
- 9. Conselho Fiscal: SAMUEL ROBERTO MOREIRA RISSO
- 10. Suplente Conselho Fiscal: RENATO SOARES LEAL
- 11. Suplente Conselho Fiscal: EMANUEL AUGUSTO DE CARVALHO FORTES
- 12. Suplente Conselho Fiscal: ALUISSIO FERRAZ ARCOVERDE

- 13. Delegado junto a FENAM: FELIPE EULÁLIO DE PÁDUA
 - 14. Delegado junto a FENAM: NEWTON NUNES DE LIMA
 - 15. Suplente Delegado junto a FENAM: JOAQUIM GONÇALVES VILARINHO NETO
 - 16. Suplente Delegado junto a FENAM: MARCOS AURELIO RUIFINO DA SILVA
- Impressão - Gráfica do Povo, (86) 2107-5020

SIMEPI defende categoria das acusações de vereadores

Décio Solano provocou e não ficou sem resposta. O Sindicato dos Médicos do Piauí enviou uma carta à Câmara de Teresina, rebatendo as críticas do vereador, que prometeu "fiscalizar" o trabalho dos médicos nos hospitais da rede pública durante o feriado de carnaval, registrando queixa na delegacia contra os faltosos.

A carta do SIMEPI, lida na sessão do dia 18 de fevereiro, começava da seguinte forma: "É, no mínimo, lamentável, que vereadores, de forma irresponsável, inconsequente e acovardada, querem atribuir aos médicos a situação de calamidade nos hospitais municipais. Ora, os poucos que se sujeitam a trabalhar nessas unidades de saúde vivem uma excessiva carga de trabalho, tendo que atender até mais de 100 pacientes por plantão, com um salário inicial de pouco mais de mil reais. E o pior, ainda sofrem agressões verbais e até físicas da população, que também culpa o médico pela precariedade do serviço".

De acordo com o presidente do sindicato, Dr. Leonardo Eulálio, as duras



Entidades médicas em reunião com vereadores
Declarações causaram conflito entre categoria médica e vereadores

palavras representam a indignação de toda a categoria com políticos que querem ganhar mídia à custa de informações infundadas e da própria desgraça da população. "Faltam médicos, sim. Faltam médicos interessados em assumir as vagas nos hospitais e clínicas da Prefeitura pelos salários aviltantes, pelas péssi-

mas condições de trabalho, pela falta de equipamentos, pela falta de segurança. Existem buracos nas escalas de plantão, sim, independente de ser segunda-feira, terça, final de semana, carnaval ou não. As escalas estão incompletas e o próprio Sindicato dos Médicos do Piauí já denunciou essa realidade, embora nada

de concreto tenha sido feito até agora", ressaltou.

No dia 19 de fevereiro, os vereadores R. Silva, Luiz Lobão e Rodrigo Martins estiveram na sede da entidade para garantir que as afirmações de Décio Solano não passavam de declarações pessoais e que não representam a opinião dos demais colegas.

No início de março, a Comissão de Saúde e de Direitos Humanos da Câmara Municipal apresentou um relatório com os principais problemas dos hospitais de Teresina, como escalas incompletas e saneamento precário. O documento também registrou a presença de muitos servidores terceirizados, agressão aos profissionais e não pagamento da produtividade, além da falta de clínicos e pediatras em algumas das unidades de saúde. Leonardo Eulálio diz que a escala hoje funciona no limite. "O médico não pode adoecer, não pode tirar férias, não pode tirar licença. Isso é culpa do gestor, dos baixos salários, da falta de respeito para com a categoria, que não tem qualquer estabilidade".

Entidades rejeitam projeto de interiorização da SESAPI

Fixar o médico no interior é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo PSF - Programa Saúde da Família e pela própria Atenção Básica. Com esse argumento, a Secretaria Estadual de Saúde apresentou o projeto "Educar para a Saúde", que prevê o pagamento de uma bolsa para estudantes que tenham concluído o 4º ano de Medicina interessados em fazer estágio profissionalizante, treinamento ou residência médica no interior. Aqueles que aderirem à iniciativa receberão uma quantia mensal de R\$ 1.880,00, mas serão obrigados a trabalhar dois anos no interior

depois de formados.

Apesar do apelo financeiro, a categoria médica vê na proposta uma afronta, uma vez que contraria toda a luta pela valorização do profissional. "O projeto da SESAPI disponibiliza uma bolsa, mas não deixa claro quanto o médico vai ganhar durante esses dois anos, nem o tipo de vínculo empregatício, carga horária ou condições de trabalho que serão impostas a esses futuros profissionais. Se é para resolver o problema, que o Estado ofereça salário digno. Não dá para compreender como o Governo pode propor uma bolsa com remunera-

ção atrativa como essa e não ser capaz de garantir salário digno. Isso seria suficiente para acabar com a duplicidade de empregos. Precisamos de soluções coerentes e não apenas de engodos. Não adianta simplesmente jogar o profissional no interior. É preciso criar uma Carreira Médica como existe no Judiciário", reclama Leonardo Eulálio.

Para o presidente do CRM, Wilton Mendes, é preciso oferecer condições verdadeiramente atrativas. "Recebemos um grande volume de reclamações porque o médico vai trabalhar em determinado município, chega lá não

existe estrutura adequada, às vezes só uma pequena sala, sem equipamentos ou instrumentos de trabalho. Voltamos ao problema da municipalização, feita a toque de caixa pelo Governo. Além disso, o médico acaba sendo obrigado a atuar como enfermeiro, anestesista, assistente social, porque não existe uma equipe para auxiliá-lo na maioria dos municípios", ressaltou.

O Sindicato enviou um ofício ao Ministério Público do Trabalho, a fim de que a instituição possa julgar as ilegalidades contidas no projeto da SESAPI e tomar as medidas cabíveis.

FENAM apresenta Plano de Carreira Médica

O dia 13 de março de 2009 entrará para a história da luta pela valorização do profissional médico. Nessa data, a FENAM – Federação Nacional dos Médicos apresentou o resultado do trabalho de criação do Plano de Carreira Médica para o setor público e privado. O documento, elaborado com o apoio do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira, com a assessoria técnica da Fundação Getúlio Vargas, servirá para orientar a luta do movimento sindical pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários para médicos de todo o país.

De acordo com o coordenador da equipe encarregada de elaborar o documento, o plano é importante porque traz estabilidade para o profissio-

nal e perspectivas de futuro. “O médico que participa de uma carreira tem estímulo para qualificação e progride na carreira conforme ele vai se qualificando”, aponta Waldir Cardoso.

O PCCS da FENAM também será um instrumento para os gestores, no caso do setor público. O plano prevê, inclusive, a mobilidade do profissional entre as esferas de governo, além de dar ênfase à educação continuada. Com a educação continuada e a gestão partilhada da carreira, os gestores poderão orientar e definir a qualificação do profissional de acordo com as demandas da sua localidade.

A proposta está de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde, pois é compatível com a missão do SUS -

“O médico que participa de uma carreira tem estímulo para qualificação e progride na carreira conforme ele vai se qualificando”



FOTO: DIVULGAÇÃO/FENAM

Waldir Cardoso

Segundo o coordenador da equipe de elaboração do projeto, “o médico que participa de uma carreira tem estímulo para qualificação”

Sistema Único de Saúde, podendo ser aplicada tanto no setor público quanto no setor privado.

Fonte : FENAM

Comunicado

O Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí tem a satisfação de informar o acordo firmado com o FUSEx, depois de mais de quatro meses de paralisação. O contrato intermediado pelo Ministério Público Estadual entrou em vigor no último mês de janeiro, ficando estabelecido o valor da consulta em R\$ 40. Foram adotados valores equivalentes aos da 3ª edição da CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos), observados os deflatores de -16% para procedimentos e -28% para Unidade de Custo Operacional.

Por causa da paralisação, um colega foi processado por uma paciente do FUSEx que teve cirurgia cancelada. O presidente da Comissão de Honorários Médicos, Dr. Emmanuel Fontes, e o advogado do SIMEPI, Dr. Cleiton Loiola, agiram em defesa do profissional junto ao Ministério Público. A Justiça entendeu que o médico não era obrigado a atender à paciente, tendo em vista que a suspensão foi motivada por uma decisão tomada em Assembléia Geral.

As vitórias não páram por aí. A Comissão também firmou acordo com os planos de saúde Norclínicas e Uni-

plam, determinando reajuste de R\$ 40 para consulta, além de aplicar correção de UCO com deflator de -28% e honorários médicos com deflator de -16%.

Queremos externar o nosso sincero agradecimento a todos que estiveram ao nosso lado, apoiando as decisões da assembléia, mesmo na iminência de sofrer penalizações por parte dos convênios. Mais uma vez a união da categoria foi fundamental para essa conquista.

Por outro lado, precisamos deixar claro que estamos acompanhando os casos de desobediência à decisão da

assembléia geral e ao Código de Ética Médica por parte de alguns colegas, já denunciados ao Conselho Regional de Medicina. Estes maus colegas se aproveitam de um momento de luta da categoria e buscam apenas o favorecimento pessoal, por isso merecem punição.

Ademais, queremos parabenizar a todos que se mantiveram firmes na busca de nosso objetivo. São estes colegas que nos dão o suporte necessário para seguirmos adiante com essa luta árdua que não é apenas nossa, mas de toda a categoria.



5^o Congresso Brasileiro

Sobre a Situação do Médico

IV Fórum de Entidades Médicas do Nordeste

18 a 20 Junho 2009
Auditório do CRM-PI

TEMAS

- Marketing em Medicina •
- Mercantilização da Medicina •
- Processo de Trabalho Médico •
- Lei de Regulamentação da Medicina •
- Carreira Médica - Visão do Futuro •
- Escola Latino Americana de Medicina •

Informações:

86 3221 - 5624
3221 - 4402
3222 - 9327
9982 - 2784

E-mail: simepi@bol.com.br
Site: www.simepi.org.br

Realização:



Evento

A abertura do V Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico está sob a responsabilidade do Conselheiro do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, Desire Galle-
gari, com o tema "Marketing em Medicina". O pales-
trante tratará sobre essa importante
ferramenta, ainda pouco utilizada
pelos profissionais da área médica. O
evento acontecerá em Teresina, entre
os próximos dias 18 e 20 de junho,
reunindo médicos de todo o país em
torno de discussões a respeito de
temas relevantes e polêmicos. Mer-
cantilização da Medicina, Escola Lati-
no Americana de Medicina, Lei do Ato
Médico, Relações Trabalhistas, Funda-
ções Estatais, Defesa Profissional,
CBHPM no SUS e Salário Mínimo Médi-
co são alguns deles.



**Dr. José
de Alencar**
Organizador do
evento

Dentre os destaques do evento estão: Paulo Argolo - presidente da FENAM, Roberto Luiz D'Ávila - conselheiro do CFM, Mário Fernando Lins - secretário da FENAM, Saulo Fontes - juiz do Trabalho, Jamil Moysés Filho - professor da Fundação Getúlio Vargas, Frederico Genuino - presidente do Conselho Nacional de Defesa Profissional da Sociedade Brasileira de Ortopedia, Wellington Galvão - presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas.

O Congresso será realizado juntamente com o IV Fórum das Entidades Médicas do Nordeste. "Em março nós participamos do III Fórum, que aconteceu em Fortaleza. Lá, nós colocamos a experiência das entidades piauienses na conquista de grandes vitórias para a categoria, como a Carreira Médica do Estado e da Prefeitura. Apenas três capitais do Nordeste têm essa política definida. Por isso, nós conseguimos trazer o fórum para Teresina, que guarda grandes expectativas", afirmou o coordenador do evento, Dr. José de Alencar.

Entidades promovem Jo



A Associação Piauiense de Medicina realizou nos dias 19, 20 e 21 de março, a I Jornada Médica de Oeiras. O evento reuniu profissionais e estudantes da área, além de gestores da região para discutir questões como: Saúde Pública no Brasil e no Piauí, Consórcio Intermunicipal, Conselho Municipal de Saúde e Programa Saúde da Família.

Dentro da discussão política, o presidente da entidade fez questão de falar do quanto é importante a classe médica estar atenta aos acontecimentos nacionais, como a tramitação do projeto de lei que fixa o Salário Mínimo Médico em mais de 7 mil reais por 20 horas semanais e a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos na Tabela do SUS. "Temos que acompanhar a pauta nacional e cobrar dos nossos senadores e deputados porque são eles que vão decidir lá", pontua Felipe de Pádua. Já o presidente do Conselho Regional de Medicina do Piauí, Wilton Mendes, aproveitou a oportunidade para falar da formação continuada do profissional e a reforma do Código de Ética Médica.

A jornada também levou na programação palestras sobre dengue, diabetes, cegueira, Alzheimer, traumas, insuficiência renal crônica, hepatite, AVC e doenças da próstata. A organização do evento foi assessorada pelos médicos oereenses Dr. Carlos Dimas, Dr. Raimundo Sá e Dr. Joel Campos. "Focamos nossa atenção em assuntos de grande relevância e impacto social", afirmam.

Uma novidade é que esse ano, todas as jornadas promovidas pelas



entidades serão realizadas juntamente com o Curso Básico de Oncologia para Médicos Generalistas, ministrado pelo Dr. Sabas Vieira. O tema foi um dos que mais chamou a atenção dos partici-

pantes, como Valter Oliveira, médico do PSF de Oeiras. "O curso revelou a impressionante frequência com que o câncer ocorre. Muitas vezes, nós ficamos tão centra-

dos em hipertensão, diabetes e outras doenças infecciosas que deixamos de buscar essa patologia. No interior nós podemos até não dispor de um tratamento avançado, mas temos como diagnosticar precocemente", concluiu.

A médica e advogada, Dr^a Andréa



Braga, falou sobre a Defesa do Médico. Ela ressaltou a importância do prontuário, como ferramenta de defesa em caso de um possível processo judicial. "Nos últimos anos, o médico se tornou alvo fácil, principalmente porque é ingênuo, tanto que já existe até uma

Jornadas integram plano de interiorização das entidades



Jornada Médica em Oeiras



SIMEPI apresenta novos serviços

Durante a jornada, o presidente do Sindicato dos Médicos fez uma explanação sobre os serviços oferecidos pela entidade e aproveitou para apresentar alguns dos profissionais contratados para melhor atender aos associados, como a Assessora Jurídica, Dr^a Lilian Ribeiro, que é pós-graduada em Direito Constitucional. O SIMEPI também dispõe de uma Assessoria de Comunicação, instituí-

da com a contratação da jornalista Cristal Sá. Em breve a entidade disponibilizará Assessoria Contábil aos médicos sindicalizados, a exemplo da iniciativa adotada no Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul. "Atrelado a isso, oferecemos Curso de Inglês, Sala de Internet, Convênio com a Unimed e, ainda, com as seguradoras Mongeral e Porto Seguro", enfatiza.

Hospital Regional recebe homenagem

O hospital Regional Deolindo Couto recebeu homenagem das entidades médicas em comemoração aos 40 anos da unidade. A solenidade aconteceu no segundo dia do encontro, com a inauguração de uma placa entregue



pelas entidades em alusão ao quadragésimo aniversário do prédio. "O extinto Hospital de Caridade foi o primeiro do Piauí, inaugurado em Oeiras em 1849. Atualmente, a região dispõe do Hospital

Deolindo Couto, que merece toda reverência pelos tantos e abnegados profissionais de saúde que ali exerceram e exercem seu ofício", ressalta o cardiologista Carlos Dimas.

Município de Barras será contemplado

A próxima jornada médica será realizada no município de Barras, localizada a cerca de 110 km da capital. O evento está sendo programado pelas três entidades médicas. "Faremos a Jornada no final do próximo mês de abril ou, no máximo, até o início de maio, reunindo colegas de todo o estado,

mas principalmente da região do Baixo Parnaíba", afirma o presidente da Associação Piauiense de Medicina, Dr. Felipe de Pádua.

Esse será o segundo município contemplado dentro do roteiro traçado pelas entidades para o biênio 2009/2010.

Opinião

"A jornada foi uma excelente oportunidade para atualizar nossos conhecimentos e reencontrar amigos. Por isso, já estamos na expectativa pela realização de novas jornadas nos municípios de Bom Jesus e Corrente. Precisamos aprofundar essa discussão sobre PSF e Conselho Municipal de Saúde. Além disso, foi importante discutir sobre várias doenças, já que a população carente não tem acesso a serviços especializados".



Dr. Raimundo Nonato Santana Filho
oftalmologista e médico do PSF de Corrente



"Essa jornada foi um verdadeiro presente para nós porque resuscitou muitos questionamentos que nós tínhamos esquecido. O que mais chamou minha atenção foi a palestra da Dr^a Andréa Braga. As vezes não percebemos o quanto vulnerável é o médico, sujeito a ser facilmente denunciado e ridicularizado. Ela nos fez despertar para o fato de que precisamos nos resguardar".

Dr. Valter Carvalho Oliveira
médico do PSF de Oeiras

"Essa foi a primeira jornada que participei e achei bastante interessante todas as discussões, principalmente aquelas em que pudemos discutir algumas das patologias mais comuns em nosso meio. O curso ministrado pelo Dr. Sabas foi muito importante porque é exorbitante a quantidade de mulheres com câncer de mama, por exemplo. Espero que tenhamos outras oportunidades.



Dr. José Alberto Torres
infectologista e médico do PSF de Oeiras



Jornada
oportuna
discussões
polêmicas
e reencontro
de
médicos

categoria do Direito para isso. Não adianta o médico ser um excelente profissional. Para o juiz, aquilo que não está nos autos, não existe. É preciso provar toda argumentação", explicou.

Aposentadoria especial aos médicos pode ser regulamentada

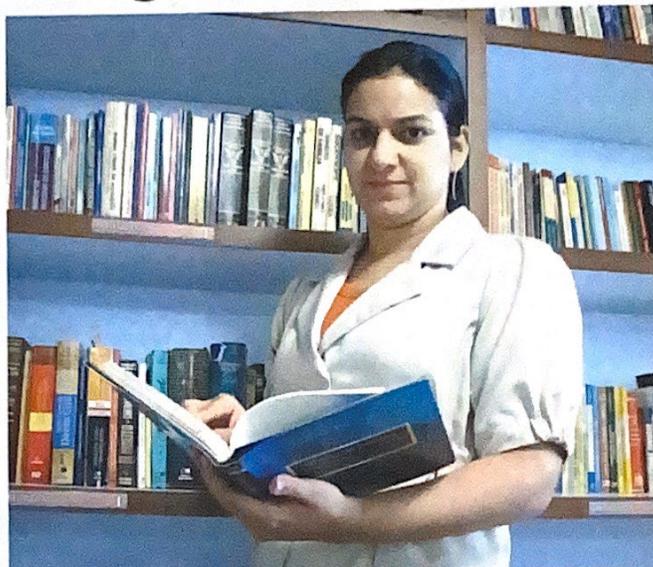
Um médico servidor público federal ingressou com ação, ressaltando que a inexistência de uma Lei Complementar ao art. 40, § 4º, inc. III, da Constituição da República, inviabiliza o exercício do direito à aposentadoria especial aos servidores que trabalham em ambiente insalubre. Por esta razão, o médico pediu que o Supremo Tribunal Federal preencha a lacuna legislativa e reconheça o direito à chamada aposentadoria especial, como já dispõe o regime geral de previdência social. Para isso, propôs o Mandado de Injunção nº 758 ao STF, que trouxe à classe médica grande discussão acerca da referida aposentadoria.

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente o pedido, sendo favorável à concessão da aposentadoria aos 25 anos de contribuição, pois "inexistente a disciplina específica da aposentadoria especial do servidor, impõe-se a adoção, via pronunciamento judicial, daquela própria aos trabalhadores em geral – artigo 57, § 1º da Lei 8.213/91".

Após o julgamento, muito se discutiu acerca dos efeitos da decisão e se os demais servidores já poderiam requerer o benefício ao poder público. Contudo, é imprescindível ressaltar que o processo em debate ainda não transitou em julgado, ou seja, a decisão é passível de recurso.

Os efeitos a serem gerados a partir da decisão definitiva também são objeto de discussão, pois os próprios ministros do Supremo Tribunal Federal têm três entendimentos distintos.

O primeiro tem caráter mais restrito e admite que declarada a omissão do legislador, a autoridade competente deve ser comunicada para tomar as providências necessárias sem prazo estipulado. Nessa hipótese, o STF apenas reconheceria a falta e não estipularia prazo para elaboração da Lei



Drª Lilian Érica Lima Ribeiro

Graduada pela Universidade Federal do Piauí e Pós-Graduada em Direito Constitucional pela Universidade Cândido Mendes

Complementar. Em seguida, caso nenhuma medida seja tomada, mesmo após a comunicação, estará garantido judicialmente o direito do médico autor do Mandado de Injunção à reparação econômica.

A segunda posiciona-se no sentido de que, declarada a omissão do órgão competente, será assegurado, imediatamente, o direito à aposentadoria especial. Dessa forma, apenas o autor da ação terá direito ao benefício.

Por fim, a terceira e mais cautelosa recomenda que o Judiciário notifique a autoridade competente para elaborar a Lei Complementar em determinado prazo, respeitando o princípio da independência dos Poderes, que não permite ao Judiciário legislar. Após o prazo concedido e se assim não proceder, o direito poderá ser exercido pela parte autora do processo, independentemente de norma que possa vir no futuro.

Diante de tais circunstâncias, embora não tenha transitado em julgado a ação e a postura do STF acerca dos procedimentos posteriores a serem adotados, já está definido o posicionamento da Suprema Corte no sentido de conceder ao servidor público o mesmo tratamento dado ao celetista. Assim, embora crie precedente, a decisão proferida no Mandado de Injunção é válida somente para o médico autor do processo e qualquer benefício concedido não se estenderá para os demais profissionais que trabalhem em ambiente insalubre. Todos os interessados em obter igual tratamento devem buscar o SIMEPI, apresentando documentos que comprovem a prestação dos serviços em ambiente insalubre durante 25 anos. Vale ressaltar que ao ter deferida a aposentadoria, o médico servidor público deve, obrigatoriamente, afastar-se da carreira.

Ato Médico

Projeto passará por mais uma comissão

O Projeto de Lei 7703/06, que define a regulamentação da profissão médica, terá de passar por mais uma comissão antes de seguir para a Comissão de Seguridade Social e Família



Dr. Paulo Argollo
Presidente da Fenam

da Câmara dos Deputados. A decisão foi tomada pela mesa Diretora da Câmara, que deferiu o requerimento 3747/08, de autoria do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), solicitando a inclusão da Comissão de Educação e Cultura no rol de comissões determinadas a deliberar sobre o projeto, também conhecido como projeto do "Ato Médico".

De acordo com o requerimento, a proposição atribui alguns procedimentos específicos à profissão médica e afeta outras profissões ligadas à área de Saúde. Por esse motivo, o deputado entendeu que a mudança nas atribuições de cada área e as limitações profissionais que estão sendo estabelecidas pelo projeto poderão causar "forte impacto no número de matrículas nas instituições de ensino superior" que oferecem esses cursos.

Para o presidente da FENAM, Paulo de Argollo Mendes, a medida é lamentável, uma vez que prejudica não só a classe médica, mas a população como um todo, que é usuária dos serviços de saúde. "Temos aí uma demonstração do descompromisso com a saúde. Todos os artifícios, manobras, qualquer tipo de política ou tentativa de conquistar votos baratos servem para atrapalhar a tramitação, que é indispensável para a Saúde do país. É uma pena isso, pois não prejudica apenas a categoria médica, prejudica o conjunto da população, na medida em que mantém a desordem em que se encontra o Sistema Único de Saúde. É lamentável, mas nós vamos ter de enfrentar mais esse problema", disse Argollo.

FONTE: Fenam

ESPAÇO ACADÊMICO

Diário de Bordo: Viagem a Oeiras - PI



MARCOS PAULO
Presidente do CA de
Medicina da NOVAFAPI

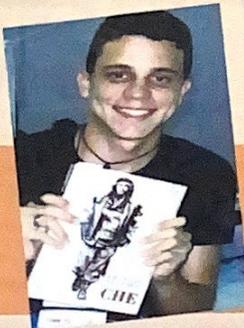
No início da viagem os acadêmicos das quatro faculdades de Medicina ainda estavam tímidos e em grupos. A ida foi bem tranquila. Conversas e piadas eram poucas. Ao chegar em Oeiras tivemos alguns problemas com alojamento, mas nada que superasse os pontos positivos do evento. O ônibus foi de primeira e comida boa não faltou. No hotel, os acadêmicos come-

çaram a fazer amizades e por aí começou o entrosamento.

As palestras do evento foram ótimas. Foram temas importantes e numa linguagem acessível. Demos ênfase para a palestra final sobre a importância das entidades médicas, que mostrou o quanto é importante que a classe médica permaneça unida.

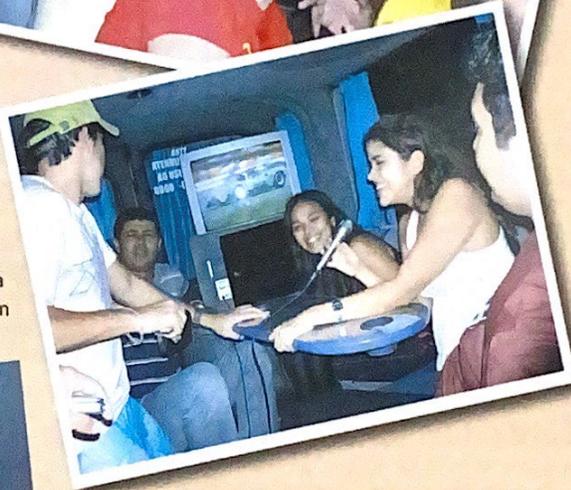
Depois de todas as aventuras e desafios enfrentados, nada como terminar com um churrasco. A volta para Teresina foi emocionante onde os estudantes puderam mostrar seus dotes artísticos no Karaoke do ônibus.

Tudo isso contribuiu, sem sombra de dúvida, para a aproximação dos quatro Centros Acadêmicos de Medicina do estado do Piauí. O evento deixou uma impressão boa e contribuiu fortemente para o aumento dos laços de amizade entre os alunos da UFPI, UESPI, NOVAFAPI e FACID.



HIGOR DINO

O estudante de Medicina da UFPI foi eleito membro do Conselho Estadual de Saúde 2009/2011. A cadeira, destinada a movimentos sociais, garante direito a voto ao aluno



Estudantes denunciam mercantilização do ensino

Imagine hospitais cheios de estudantes das mais diferentes áreas. Essa era uma possibilidade prestes a se tornar realidade nas unidades de saúde do Governo do Estado, através de uma portaria assinada pelo secretário Assis Carvalho. A denúncia foi feita por alunos de Medicina ao Sindicato dos Médicos.

A Portaria nº 733/08, que normatiza os estágios curriculares nos hospitais, clínicas e centros de atendimento estaduais, determinava ainda o pagamento de 50% do valor correspondente à hora/aula dos alunos de instituições privadas por cada hora/aula de estágio desses estudantes.

Enquanto as instituições privadas reclamavam do valor exorbitante, estudantes de instituições públicas exigiam prioridade. "O que observamos é um sucateamento do ensino público. Os estudantes das escolas pagas não podem ficar sem estágios e, por isso, devemos exigir dessas instituições que montem seus serviços. Caso haja necessidade de uma maior quantidade de estagiários nos hospitais, que sejam aumentadas as vagas públicas. Não podemos permitir a mercantilização do ensino público", reclama o estudante Higor Dino.

"A atitude dos alunos foi extremamente coerente, ao perceber que a decisão comprometeria a aprendizagem. Por esta razão, o Sindicato se colocou à disposição e abraçou a luta em defesa de um ensino de qualidade", afirmou o presidente do SIMEPI, Dr. Leonardo Eulálio. Depois de muita pressão, a portaria foi alterada e agora estabelece a relação leito/aluno e prioriza as vagas para instituições públicas. Além disso, todos os convênios que serão firmados a partir desse documento deverão passar pelo crivo do Conselho Estadual de Saúde.

Com a palavra: o Iapep

O Sindicato dos Médicos ouviu o presidente do Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí, Antônio Rufino Sobrinho, a respeito do que tem sido feito em benefício dos profissionais credenciados ao IAPEP. Acompanhe a entrevista.

• Quantos médicos estão credenciados atualmente?

Cerca de 350 mil servidores públicos estaduais e seus dependentes são contemplados atualmente pelo IAPEP. Para atender à demanda, o IAPEP conta com 486 médicos prestadores nas mais diversas especialidades.

• De que forma o IAPEP procura valorizar o médico?

O médico é também responsável por esse sucesso e, por isso, nada mais justo do que recompensar a categoria. O custo médio de um exame é de R\$ 20,56. O valor das consultas evoluiu de R\$ 21,00, preço pago em maio de 2007, para R\$ 31,50 atualmente.

• Qual a participação das entidades médicas no diálogo entre a categoria e o IAPEP?

Particularmente, me orgulho pelo bom relacionamento que temos com as entidades, não só médicas, mas com as instituições que representam os servidores do Estado como um todo.



Dr. Antônio Rufino assumiu a presidência do IAPEP há dois anos

• Que tipo de melhorias o IAPEP pretende implantar para beneficiar os seus colaboradores?

O atual prédio do instituto está sendo reformado e os serviços de saúde serão concentrados em prédio na zona Norte de Teresina para melhorar o atendimento aos segurados e oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários e prestadores de serviço. Dentre as melhorias previstas estão: reengenharia do Projeto Planta, redefinição dos processos de auditoria e uma profunda reforma tecnológica, com a informatização de todas as 28 agências instaladas no interior e lançamento de um novo site.

RESPOSTA AO PREFEITO

O atual prefeito de Teresina, o médico ortopedista Dr. Silvio Mendes de Oliveira Filho, em segundo mandato, foi durante 16 anos presidente da Fundação Municipal de Saúde e gestor do SUS em nossa capital, portanto conhecedor das mazelas que afligem diariamente a população, principalmente nos serviços de urgência e emergência.

Oriundo das lutas da categoria médica, Dr. Silvio foi presidente da Associação Piauiense de Medicina, diretor do Sindicato dos Médicos e conselheiro do CRM, por esse motivo indicado pelas citadas entidades, a pedido do então prefeito Wall Ferraz, para dirigir a Fundação Municipal de Saúde em 1992.

Diante desse contexto, não entendemos por que o prefeito não procurou saber a opinião das entidades médicas por ocasião da escolha de seu secretariado, especialmente no setor da saúde que, juntamente com o setor de segurança, tomaram o lugar da inflação e do desemprego no que diz respeito aos assuntos mais preocupantes para a população de nossa cidade, razão pela qual questionamos a indicação de um político e não de um técnico para presidir a Fundação

Municipal de Saúde.

E o prefeito continua fazendo ouvidos de mercador em relação às entidades que representam a categoria médica. Prova disso foi a entrevista que concedeu em programa local de televisão no último dia 02 de abril. De forma arrogante, fez ameaças veladas ao atual presidente da Associação Piauiense de Medicina, Dr. Felipe Eulálio de Pádua, sócio proprietário do Centro de Terapia Renal (CTR), clínica de referência na terapia renal substitutiva e única que oferece tratamento dialítico em Teresina e que atende a todas as exigências da ANVISA.

Queremos informar ao senhor prefeito que é obrigação de um representante eleito pelo povo, ouvir as críticas e sugestões, sejam estas feitas por dirigentes de entidades, Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas, Ministério Público e especialmente pela população, ainda mais quando a intenção é uma só: a solução dos graves problemas que afligem a saúde de nossa cidade. Também gostaríamos de deixar claro que, de forma alguma, nos acovardaremos diante de intimidações ou ameaças e continuaremos com nossa missão de buscar a excelência no serviço público de saúde.

ASSEMBLÉIA GERAL

As entidades convocam os médicos da FMS para Assembléia

Data: 28 de abril de 2009

Local: SIMEPI

Horário: 19 horas

SIMEPI fiscaliza enquadramento de todos os médicos

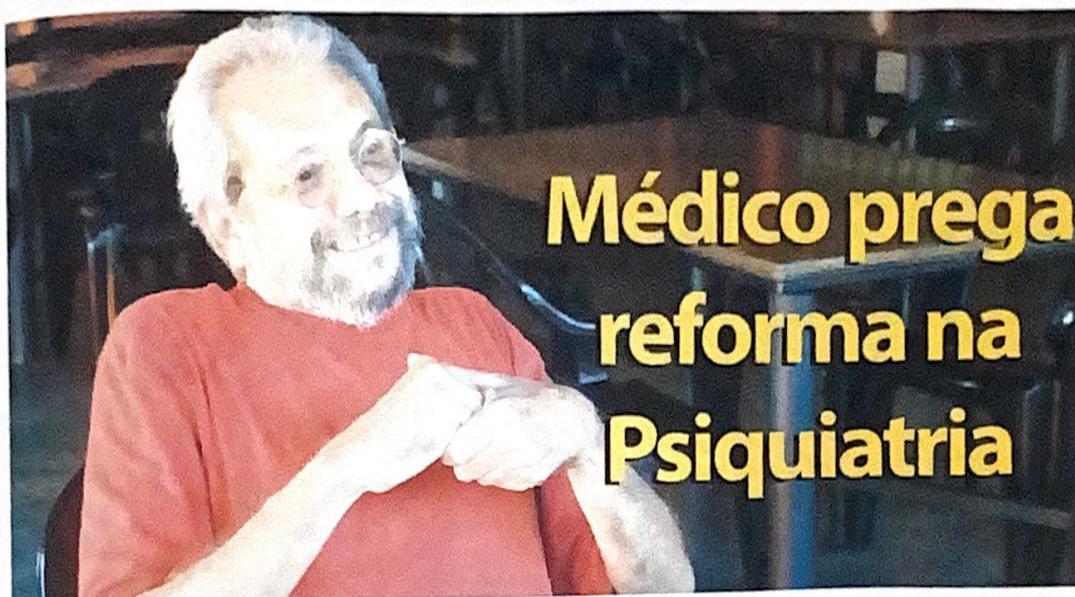
Sem dúvida nenhuma, essa será a consagração de uma luta empreendida não só pelo sindicato, mas por toda a categoria médica", afirma a vice-presidente do Sindicato dos Médicos. Lúcia Santos refere-se à última etapa

do enquadramento dos médicos servidores do Estado no Plano de Carreira Médica do Piauí, prevista para o próximo mês de maio. O documento foi sancionado pelo governador Wellington Dias no dia 18 de outubro de 2007,

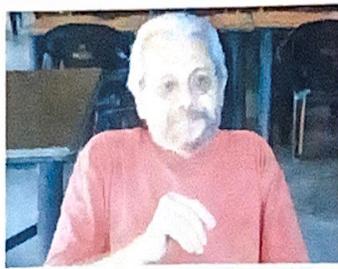
após longa negociação.

A terceira e última fase contemplará os pensionistas e aqueles que possuem menos de 30 anos de serviço. Assim, todos os médicos servidores, em exercício ou aposentados, terão

seus direitos garantidos, assim como os recém concursados. O PCCS dos médicos, que determina condições de ingresso na carreira, jornada de trabalho, progressão e remuneração, está disponível no site www.simepi.org.br.



Quem vê o jeito despojado, nem imagina o grande propósito desse homem: acabar com os hospitais psiquiátricos. A profissão? Psiquiatra. Isso mesmo. Dr. Edmar Oliveira é piauiense e dirige o Instituto Municipal Nise da Silveira, antigo Centro Psiquiátrico Nacional, que recebeu todos os pacientes do primeiro hospital da América Latina. O psiquiatra também é um dos consultores da novela "Caminho das Índias", da Globo. Segundo ele, é preciso mudar a Psiquiatria. Essa é a premissa que o tem levado a ministrar palestras em vários estados do país. "Hospício nunca tratou louco. Tira a individualidade do cidadão. Tira o brinco, a roupa, coloca uma bata e mistura com um monte de gente desconhecida. Coloca para dormir e o paciente acorda todo amarrado. A reforma psiquiátrica prega que você dê o remédio e diga o efeito. Isso faz uma diferença muito grande. A reforma da Psiquiatria Brasileira nasce da evolução do pensamento psiquiátrico, que não se conforma com a ideologia da internação. No Brasil começou na década de 80, com o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental. Os hospícios estavam cheios. Agora, redução dos leitos é um avanço. Na década de 70 existiam 60 mil leitos psiquiátricos. Hoje são 6 mil leitos e nem por isso os pacientes estão desassistidos. Existem



"O preconceito contra o louco não foi criado pela sociedade, foi o médico que disse que tinha que isolar. Precisamos desconstruir essa idéia."



outras formas de tratamento, o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e SRT (Serviço Residencial Terapêutico), duas instituições para substituir as internações. De noite, com a família, de dia, no hospital. Internação só para aqueles que

estão em crise. Alguns querem a reforma da Atenção e não da Psiquiatria, mas precisamos reformar o saber psiquiátrico. Se não, vamos levar o hospício para dentro do CAPS. Saúde Mental é muito complicada para estar apenas nas mãos do médico. Para ter resultado, precisa da família, de diversão, de ocupação".

Quanto ao tratamento com eletrochoque, Dr. Edmar é categórico. "O aparelho de ECT que tínhamos no hospital eu mandei para o Museu de Psiquiatria. Não proíbo, mas a equipe tem que ter argumento para explicar a necessidade de usá-lo. O problema é que o aparelho é usado indiscriminadamente, mais como uma forma de coação", explica.

Segundo ele, o Piauí está avançado nesse processo. Dr. Edmar faz as contas e acredita que se existissem três ou quatro SRTs não haveria necessidade do Areolino de Abreu. Teresina precisaria de oito CAPS e uma enfermaria psiquiátrica no hospital geral. O psiquiatra diz ainda que sentiria orgulho em fechar o Instituto Nise da Silveira. "Eu já estou acabando com ele. Está cheio de CAPS lá perto e eu cedo funcionários do hospital para os CAPS. Em caso de emergência, procuramos o Hospital Geral. Recebo pacientes para 90 leitos psiquiátricos ainda. Eram 300 quando cheguei". Ao que tudo indica, ele conseguirá alcançar êxito.

Poesia

A Medida do Homem

A Rubén

"Provei a bondade,
e até agora não tenho podido
mudar
a medida do homem em meu
canto"

Pablo Neruda

No silêncio da noite
um poema insiste em não calar

Sapos coaxam, palmeiras
cantam
a noite cai e diz:

Uma história não é estória
escrita na água

Durma, poeta
você tem a medida do homem

João Carvalho
médico e poeta



Filie-se ao SIMEPI

O Sindicato dos Médicos está de portas abertas para receber você. Com a sua participação, o sindicato ganha força na luta em defesa da categoria. Preencha sua ficha de inscrição na sede do SIMEPI, localizada na Rua Paissandu, nº 1665. Centro. De segunda a sexta, das 8 às 18 horas.

Serviços oferecidos pelo SIMEPI

- Assessoria Jurídica
- Assessoria de Imprensa
- Acesso à Internet
- Curso de Inglês
- Convênio com a seguradora de carros Porto Seguro – tarifas diferenciadas
- Convênio com a seguradora de vida Mongeral - 1 ano de seguro gratuito
- Convênio com a UNIMED - Tarifas Diferenciadas

O Boletim Médico é seu

Divulgue suas atividades enviando artigos, notícias, fotos ou sugestões para os e-mails: simepi@bol.com.br, simepi@veloxmail.com.br. Telefones para contato: 3221-5624 / 9982-2784

Médicos contestam decisão da FMS

A mais nova proposta da Fundação Municipal de Saúde para o problema em que transformou a produtividade, é cobrar dos diretores das unidades de saúde que enviem relatório informando os procedimentos realizados até cinco dias depois de autorizados pelo Ministério da Saúde. Os hospitais que não enviarem

os documentos no período estabelecido, ficarão fora da lista de pagamentos do mês. "Ora, como é que eles podem prejudicar o médico por uma falta cometida pela Direção do hospital? Se o diretor não cumpre as determinações da Fundação Municipal de Saúde, que o presidente providencie a sua demissão", cobra o presidente do SIMEPI.

"Se o diretor não cumpre as determinações da Fundação Municipal de Saúde, que o presidente providencie a sua demissão"

Leonardo Eulálio ressalta que o último mês pago aos servidores municipais foi o mês de dezembro, que só foi quitado recentemente.

Em setembro do ano passado o Sindicato denunciou o descaso e até ameaçou entrar em greve, mas na época o prefeito Sílvio Mendes prometeu que o repasse seria regularizado. Até agora o problema não foi solucionado, embora o Ministério da Saúde faça o depósito mensalente.

PONTO ELETRÔNICO

As entidades médicas lutam contra a implantação do ponto eletrônico nas unidades de saúde do estado por entender que o exercício da Medicina é permeada de características peculiares.

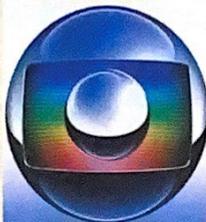
No último dia 17 de março, o SIMEPI esteve reunido com a Secretária de Administração, Regina Sousa, que prometeu reavaliar a implantação do sistema. Por esta razão, o Sindicato enviou ofício a todos os diretores dos hospitais para pedir que aguardem decisão da Secretaria. A entidade defende que os gestores precisariam encontrar outra forma de cobrar assiduidade do profissional.



MURAL

NACIONAL

VATICANO APÓIA EXCOMUNICAÇÃO DE ENVOLVIDOS EM ABORTO DE MENINA EM RECIFE" É O TÍTULO DO VÍDEO POSTADO NO ENDEREÇO WWW.GLOBO.COM EM QUE APARECE O DR. LEONARDO



EULÁLIO, DR. JOSÉ DE ALENCAR, DR. EMMANUEL FONTES E DR. LÚCIA SANTOS, MEMBROS DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PIAUÍ. AS IMAGENS FORAM FEITAS DURANTE O FÓRUM DAS ENTIDADES MÉDICAS DO NORDESTE, EM FORTALEZA, NO ÚLTIMO DIA 06 DE MARÇO, EM QUE FOI DISCUTIDO, ALÉM DOS ASSUNTOS DA CATEGORIA, O POSICIONAMENTO DA IGREJA CATÓLICA DE EXCOMUNGAR A EQUIPE RESPONSÁVEL PELO ABORTO DA MENINA DE 9 ANOS, VÍTIMA DE ESTUPRO.

ALAGOAS

ALAGOAS DEVE SER O PRIMEIRO ESTADO DO PAÍS A NÃO CONTAR COM MÉDICOS CREDENCIADOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). EM GREVE HÁ VÁRIOS MESES, OS PROFISSIONAIS ALAGOANOS DECIDIRAM, DE FORMA UNÂNIME, SAIR EM MASSA DA LISTA DE PRESTADORES DE SERVIÇO DO SUS. VALE RESSALTAR QUE EM ALAGOAS, 94% DA POPULAÇÃO NÃO TEM PLANO DE SAÚDE E DEPENDE DO SERVIÇO PÚBLICO.

SUS

POR OUTRO LADO, A CARAVANA NACIONAL EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PROPÕE UMA MOBILIZAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL PARA MELHORAR E AMPLIAR O ATENDIMENTO PÚBLICO DE SAÚDE PRESTADO À POPULAÇÃO E BUSCAR O RECONHECIMENTO DO SUS PELA UNESCO COMO PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL DA HUMANIDADE. A COMISSÃO NACIONAL PRO-SUS ORGANIZA A SEMANA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL, PREVISTA PARA ACONTECER NO FINAL DE MAIO. NA OCASIÃO, SERÃO DISCUTIDAS AS BANDEIRAS DO MOVIMENTO: ATENDIMENTO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE QUALIDADE, ADOÇÃO DA CBHPM NO SUS, SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL E IMPLANTAÇÃO DO PCCS.

UNIMED

A UNIMED DE TERESINA INFORMA QUE ESTÁ RESSARCINDO TODOS OS MÉDICOS COOPERADOS QUE PAGARAM A TAXA REFERENTE À ANUIDADE DO CRM 2009. PARA RECEBER A QUANTIA DE VOLTA, BASTA QUE O PROFISSIONAL VÁ À EMPRESA LEVANDO BOLETO QUITADO.

DE ACORDO COM O SECRETÁRIO DO SIMEPI, DR. JOSÉ DE ALENCAR, A UNIMED TEM A PRERROGATIVA DE FAZER A DISTRIBUIÇÃO DO SOBRESALENTE, O QUE FOI POSSÍVEL GRAÇAS AO BALANÇO POSITIVO DE 2008.

CONSELHO

O DIRETOR FINANCEIRO DO SINDICATO DOS MÉDICOS, DR. FÁBIO FURTADO, FOI RECONDUZIDO AO CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, POR OCASIÃO DA ÚLTIMA ELEIÇÃO, REALIZADA EM MARÇO.

"É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE OS NOSSOS COLEGAS DO INTERIOR FIQUEM ATENTOS ÀS ELEIÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE PARA QUE POSSAMOS CONTAR COM UMA REPRESENTATIVIDADE CADA VEZ MAIOR EM ÓRGÃOS DE RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA", AFIRMA.

PENSIONISTAS

O SINDICATO DOS MÉDICOS CONVOCA, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TODOS OS PENSIONISTAS A SEREM ENQUADRADOS NA ÚLTIMA ETAPA DO PLANO DE CARREIRA MÉDICA DO ESTADO DO PIAUÍ NO PRÓXIMO MÊS DE MAIO QUE ENCAMINHEM A SEDE DA ENTIDADE CÓPIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A TITULAÇÃO DO SEGURADO, TAIS COMO: TÍTULOS DE ESPECIALIZAÇÃO, RESIDÊNCIA, MESTRADO OU DOUTORADO, EXPEDIDOS POR ÓRGÃOS OFICIAIS RECONHECIDOS PELO MEC ATÉ O PRÓXIMO DIA 28 DE ABRIL. A RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS PODE SER ENCONTRADA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.SIMEPI.ORG.BR.

PERNAMBUCO

FOI FECHADO ACORDO ENTRE MÉDICOS E HOSPITAIS DA REDE PRIVADA DE PERNAMBUCO, SENDO DE 9,6% O REALIJUSTE PARA VENCIMENTOS ACIMA DO PISO SALARIAL. FOI MANTIDO O ADICIONAL DE HORA EXTRA DE 75% DA REMUNERAÇÃO E O ADICIONAL NOTURNO DE 60% SOBRE O SALÁRIO DA HORA NORMAL. FICOU ESTIPULADO UM SEGURO POR INVALIDEZ PERMANENTE, MORTE ACIDENTAL E INVALIDEZ TEMPORÁRIA DE, NO MÍNIMO, 50 VEZES O PISO SALARIAL DA CATEGORIA E SEU CUSTEIO DA RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.